

# A DEMOCRACIA NAS AMÉRICAS

Carmen Fonseca

SEYMOUR MARTIN LIPSET  
e JASON M. LAKIN

## The Democratic Century

University of Oklahoma Press  
2004, 478 páginas

Na última metade de século XX, a democracia espalhou-se pelo mundo muito rapidamente, como nunca antes tinha acontecido. A maior parte dos países do mundo é democrática e quase metade da população mundial vive em sociedades livres.

As tentativas dos Estados Unidos para impor regimes democráticos – por exemplo, no Médio Oriente – confirmam a forte ligação entre a preponderância norte-americana e a expansão da democracia. No entanto, não basta apenas querer derubar um regime político e instaurar outro, é necessário conciliar diversas variáveis. O sucesso democrático não é previsível e a própria definição de Estado democrático depende do conceito de democracia que é utilizado. O conceito político de democracia é muito lato, pode ter múltiplas interpretações.

É sobre estas questões que versa o livro *The Democratic Century*, da autoria do sociólogo Seymour M. Lipset em co-autoria com Jason M. Lakin, assistente de investigação no Departamento de Governo da Universidade de Harvard. Lipset é professor na Hoover Institution e na Universidade

George Mason, e entre os seus muitos trabalhos poderíamos citar títulos como *Political Man*, *Union Democracy* e *Agrarian Socialism*.

### OS TERRITÓRIOS DA DEMOCRACIA

A principal questão para a qual os autores tentam encontrar uma resposta é o facto de no continente americano a democracia ter sido bem sucedida no Norte (Estados Unidos e Canadá) e não no Sul (América Latina e Central). Lipset e Lakin reúnem um conjunto de vectores que consideram importantes para o sucesso da democracia para depois os aplicarem comparativamente naquelas regiões.

O trabalho encontra-se dividido em três partes. A primeira dá-nos a definição de democracia, a segunda invoca os factores que contribuem para a consolidação da democracia e a terceira compara o destino democrático nos Estados Unidos e na América Latina.

Como não poderia deixar de ser e para não criar mal-entendidos, o livro inicia-se com uma definição de democracia. Lipset e Lakin adoptam uma definição minimalista de democracia, pois caso contrário nada se poderia considerar democrático. Assim,

definem democracia como «um pacto institucional, no qual todos os indivíduos adultos têm o poder de votar, através de eleições livres e competitivas, para o chefe de Governo e parlamento» (p. 19). Contudo, não menosprezam a importância das liberdades que Robert Dahl identifica no seu conceito de poliarquia, ou a importância dos factores exógenos na caracterização do regime político.

Segue-se uma análise ao funcionamento das democracias, em que referem que as democracias «são construídas a partir das instituições, que, com sorte, foram bem desenhadas, mas, na maior parte das vezes, são o resultado do acaso ou da negociação política» (p. 38). Os sistemas executivos, os partidos políticos e a sociedade civil são as instituições necessárias ao bom funcionamento da democracia. O restante prende-se com os factores sócio-económicos, históricos e culturais, abordados na segunda parte do livro.

No entender de Seymour M. Lipset e Jason M. Lakin, os sistemas executivos são importantes enquanto mecanismos que permitem a interacção entre o Estado e o Governo. Os partidos exercem uma função única que os diferencia de outras associações cívicas pois «desempenham outro papel que não é assumido por mais nenhuma organização na sociedade civil e que torna os partidos o único intermediário entre o Estado e a sociedade: é uma função mista» (p. 67).

Os partidos políticos são vitais para a democracia porque agem em conformidade com a sociedade civil, ou pelo menos com o objectivo de servir os seus interesses. É a interacção das duas instituições

que é importante para a democracia porque permite a participação dos cidadãos. Já em *Union Democracy*, Lipset pretendia demonstrar que a democracia requer uma «rede de associações voluntárias e independentes que formam politicamente o eleitorado e são a base do sistema partidário» (p. 93), ou seja, requer a sociedade civil.

Na década de 90, James Coleman associa o conceito de sociedade civil com o de capital social, para acentuar as capacidades de uma determinada rede de pessoas. A confiança interpessoal que dessa forma se gera é importante para promover a segurança, indispensável ao funcionamento e permanência da democracia. Já Tocqueville realçava a importância da sociedade civil enquanto elemento que promove a acção colectiva e a preparação de futuros líderes democráticos. É pois a sociedade civil, com confiança e regras, que é importante para a democracia. A sociedade civil promove a socialização, constrói redes de comunicação e confiança que ajudam a manter as ligações entre o sistema político e os cidadãos. A existência de uma sociedade civil forte é condição necessária, mas não suficiente, para uma relação mediada entre os indivíduos e o Estado. A condição suficiente pode ser encontrada no relacionamento entre as organizações da sociedade civil e o sistema político.

O sistema executivo e eleitoral, em conjunto com os partidos políticos e a sociedade civil, são os elementos que fazem a democracia funcionar – são «a arena e os jogadores, as regras e os constrangimentos» (p. 130).

## **ECONOMIA E SOCIEDADE**

A segunda parte do livro foca os aspectos socioeconómicos, a relação da democracia com o capitalismo, o desenvolvimento económico e a riqueza, a tradição e as normas, a cultura e a legitimidade.

Relativamente aos factores económicos é frequente associar-se a riqueza, o rendimento ou os mercados com a democracia. Porém, nas democracias consolidadas não é fácil encontrar a causa económica exacta justificativa da democracia. Em *Political Man*, Lipset relacionava o desenvolvimento com a democracia e daqui derivaram os estudos que deram origem às teorias da modernização e da dependência. A teoria da modernização dos anos 50-60, que Lipset subscreve, pressupunha que as mudanças na sociedade levavam à democracia; porém, nos anos 70, cientistas políticos como Guillermo O'Donnell criticaram tal posição, pois não era claro que todas as sociedades convergissem no mesmo modelo económico. Argumento comprovado com o falhanço da democracia nos países industrializados e ricos do Sul da América. Nos anos 80, há um regresso da teoria da modernização devido à anterior vaga democrática.

Os autores centram-se também na relação da democracia com o capitalismo para explicarem o desenvolvimento. O seu argumento é que o desenvolvimento capitalista altera a distribuição da riqueza e do poder na sociedade: «não há nada de “natural” neste processo, mas o crescimento do capitalismo afecta a probabilidade dos proprietários das terras enfraquecerem, das classes média e trabalhadora se tornarem mais assertivas, e dos grupos que não

estão no poder, quando definidos em termos de classe ou região, de formarem coligações liberais, consolidando a democracia» (p. 158).

Para a existência da democracia tem que haver uma «cultura democrática», que pode ser construída ao longo do tempo, e à qual as sociedades podem ir buscar determinados elementos para se aproximarem da democracia – por exemplo «a aceitação da lei, a tolerância pela oposição, o respeito das opiniões diferentes [...], a legitimidade das instituições nacionais, e a aceitação da dúvida» (p. 185). Essa cultura democrática pressupõe a participação política, a confiança interpessoal e a tolerância. Porém, Lipset e Lakin não consideram que a cultura seja um factor exclusivo ao desenvolvimento da democracia na América do Norte e do Sul e vêem-no antes entrelaçado com outros factores: «preferimos ver a cultura não como um amontoado de diferenças, mas como uma variável dinâmica que influencia outras variáveis de diversas formas» (p. 409), o que existe é «uma rede cultural envolvente» (p. 411), exemplificada através das guerras de independência. Apesar de terem na base motivos estratégicos e de poder, os seus resultados foram consequência da cultura, pois a forma de apreender determinados conceitos (cidadania, instituições) era diferente no Norte e no Sul, o que fez com que a forma como lutaram também fosse diferente.

## **A DEMOCRACIA: O NORTE E O SUL**

Para responder ao facto de a democracia ter sido bem sucedida nos Estados Unidos e não na maior parte da América Latina,

Seymour M. Lipset e Jason M. Lakin analisam factores estruturais, históricos e culturais nessas sociedades. A terceira parte do livro é um estudo sobre este caso, depois de deixar para trás um enquadramento sobre a conceptualização de democracia. O que é, como funciona, quais as instituições que a enformam e o que a faz perdurar, ou não, são algumas das questões às quais os autores se propõem responder.

É necessário ter em conta a estrutura social, a economia, as instituições políticas e, principalmente, a herança cultural para perceber o destino de cada região. Com estas variáveis, os autores vão tentar justificar o sucesso democrático nos EUA e o inverso na América Latina.

Relativamente à herança cultural, Lipset e Lakin focam os modelos colonizadores da Grã-Bretanha e de Espanha e Portugal, os valores e princípios transmitidos e as consequentes lutas pela independência, que contribuíram para o desenvolvimento dos diferentes sistemas políticos no Norte e no Sul.

O modelo colonizador britânico foi mais flexível, autónomo, independente, o que permitiu que os habitantes aprendessem a autogovernar-se. Ao contrário, no Sul, Portugal e a Espanha impuseram um governo mais rígido baseado na exploração dos recursos naturais, logo as sociedades não adquiriram a capacidade para se governarem, assim como não foram dadas condições às populações indígenas para se assimilarem. As lutas de independência significaram uma ruptura com o passado, em que a sociedade teria que criar novas instituições e, sozinha, que aprender as regras.

No Norte, a revolução americana forjou os valores necessários ao estabelecimento da democracia e permitiu que as instituições existentes se adaptassem ao novo regime. No entanto, os autores consideram que, mesmo que as revoluções no Norte e no Sul fossem semelhantes, os resultados obtidos seriam indubitavelmente diferentes, pois «os Estados Unidos na sua *Britishness* e a América Latina na sua *Spanishness* continuam a ser lugares muito diferentes, com liberdade, autonomia e participação política muito mais respeitadas no Norte do que no Sul» (p. 295). Na América Latina as guerras da independência provaram ser apenas movimentos conservadores para manter o *status quo* e os privilégios oligárquicos. Foram mais um corte com a Espanha e com Portugal do que propriamente uma transformação na ordem social. É pois a fraca tradição de governo representativo no pensamento espanhol, a falta de experiência daquele governo na América Latina e a falta de legitimidade nos estados independentes que justificam os desaires da democracia na América Latina: «a democracia não pode enraizar-se facilmente onde a instabilidade política reine e o Estado-nação seja uma fraca definição territorial e uma unidade cultural sem legitimidade» (p. 305), adiantam os autores.

Relativamente aos factores sócio-económicos são também apontadas algumas diferenças entre o Norte e o Sul. Apesar da riqueza natural da América Latina, o fracasso no desenvolvimento económico contribuiu para uma tentativa tardia de institucionalização democrática. Enquanto no Norte se construiu uma orientação para o mercado e uma atitude pró-activa face ao

trabalho, no Sul, após as guerras de independência, os diversos países não tinham condições para se auto-regularem e os pressupostos colonizadores acabaram por permanecer durante muito tempo.

O funcionamento e a existência de determinadas instituições políticas no Norte e no Sul são também apontados como resultado do legado colonizador. Lipset e Lakin referem-se ao conjunto que engloba os partidos políticos, a sociedade e o federalismo, para demonstrarem que na América Latina as regras impostas após a independência impediram o desenvolvimento daquelas instituições, fundamentais para a democracia pois «representam um conjunto coeso de instituições que prejudicam as tentativas do poder central para acumular prestígio e autoridade» (p. 347).

Outro factor que explica o insucesso das instituições na América Latina é a insegurança face à violência pós-independência, o que fazia com que os indivíduos se sentissem mais seguros se estivessem sob a protecção de alguém forte e poderoso,

o que, na altura, fortaleceu os regimes ditatoriais.

Em síntese podemos dizer que *The Democratic Century* valoriza as discussões históricas e culturais na sua análise sobre o sucesso e insucesso da democracia. Porém, apesar dos inconvenientes históricos ou culturais, a democracia acabou por se instalar na maior parte dos países sul-americanos, não obstante permanecer longe da consolidação. Mas também no Norte, onde a transição foi mais fácil, subsistiram problemas de integração política graves (basta atentar no estatuto dos negros norte-americanos até à década de 60, por exemplo). Adoptando o «pessi-optimismo» dos autores, «se a cultura deve mudar para se tornar democrática ou permitir a democracia, então também é verdade que algumas culturas estão mais fechadas aos valores democráticos do que outras» (p. 207), e por isso o caminho a percorrer poderá ser mais demorado e longínquo. A democracia é tudo isto, mas também é muito mais, sendo por isso um processo exigente. 